

A CONFORMAÇÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA NO MERCADO MUNDIAL DO CAFÉ NO SÉCULO XIX

Bruno Novelino Vittoretto¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo avaliar a inserção da Zona da Mata de Minas Gerais no mercado mundial do café. Levando-se em consideração os elementos transformadores da transação de commodities durante o século XIX, além dos aspectos sócio-culturais em torno do consumo da rubiácea, pretende-se conjugar a importância das instâncias de caráter micro e macro na dinâmica entre a região mineira e outras áreas do hemisfério. Portanto, as características específicas da região, seus elementos localmente autônomos, em interação com as mudanças conjunturais ocorridas no oitocentos foram capazes de determinar uma dinâmica para além da transformação econômica do espaço regional matense.

Palavras Chave: Commodities; Café; Zona da Mata

Abstract: This article aims to evaluate the inclusion of Zona da Mata of Minas Gerais in the world coffee market. Taking into account the elements of the commodities' trade during the nineteenth century, besides the socio-cultural aspects around the consumption of rubiaceae, aims to combine the importance of micro and macro elements in the dynamic between that region and other areas of the hemisphere. Therefore, the specific features of the region, its components locally autonomous, interacting with the cyclical changes occurring in the nineteenth century were able to determine a dynamic beyond the economic transformation of the regional space.

Keywords: Commodities; Coffee; Zona da Mata

Introdução

Durante o século XIX, a atual região da Zona da Mata mineira sofreu um processo de transformação econômico-social similar a outras regiões do centro-sul do país, em que o café por ora se apresentava como fator predominantemente propulsor. As regiões do Vale do Paraíba fluminense e paulista, além da parte ocidental de São Paulo, se destacaram nesse processo, em que a Mata de Minas Gerais pode fazer parte estabelecendo-se como uma espécie de região intermediária, não menos importante, entre os dois principais estados cafeicultores supracitados: Rio de Janeiro e São Paulo. Quer dizer que se por um momento os fluminenses assistiam sua produção cafeeira definhar ao final do século XIX, a Zona da Mata

¹ Aluno PPGHIS – UFJF. Pesquisa desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. Anderson Pires (UFJF) e apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

ainda conseguiu alcançar um elevado ritmo de crescimento, que principalmente por características geográficas (leia-se a falta de uma fronteira aberta), não foi capaz de acompanhar a evolução da produção de café em São Paulo, líder absoluto no cultivo desse gênero agrícola (PIRES, 1993:101).

Nesse mesmo período, o século XIX, ocorre um processo transformador no curso de determinados produtos em escala planetária. As chamadas commodities, mercadorias primárias de grande circulação no mercado internacional, vão ganhando cada vez mais espaço no comércio entre as distintas regiões do mundo. Para a América Central e do Sul, o café serviu como porta de entrada ao mercado global durante todo esse período, ao passo que variava entre a primeira ou segunda principal mercadoria produzida e comerciada por seus países (TOPIK, 2008: 4099). Já o Brasil especificamente, foi responsável por cerca de 80% da expansão desse mercado durante todo o oitocentos, enquanto que os Estados Unidos abarcaram mais de 50% do consumo da rubiácea produzida mundialmente ao longo do século (TOPIK & SAMPER, 2006:124-135).

No entanto, é preciso compreender a dinâmica da produção cafeeira para além da relação oferta/demanda. Quer dizer que se a produção brasileira não só satisfaz demanda mundial, mas também a estimulou e a transformou, assim como os EUA e Europa consumiram grande parte dessa produção; ocorre que isso só se tornou possível através de uma série de elementos específicos das sociedades envolvidas. Mudanças políticas e institucionais, aliadas ao progresso técnico alcançado, foram capazes de se incorporar à cultura e às características sociais mais específicas dos dois lados do globo. E é justamente a partir dessa perspectiva de mudança, que a Zona da Mata de Minas Gerais se insere no mercado mundial do café, conformando a si própria enquanto uma região com características diferenciadas em relação não só a outras regiões cafeeiras do país, mas também em relação às demais regiões da Capitania/Província mineira:

“Seu processo de desenvolvimento econômico esteve atrelado completamente à expansão capitalista que ocorreu ao menos em parte da periferia do sistema mundial no século XIX: a industrialização, a eletricidade, as estradas de ferro, expansão e consolidação do trabalho assalariado, urbanização capitalista, “modernização” social e cultural. Neste sentido o desenvolvimento histórico da Zona da Mata foi, como lembra um velho historiador, uma ‘... ruptura com o passado histórico de Minas Gerais.’” (PIRES, 2007:11-12)

Portanto, aliando-se os elementos de interação micro – do qual se destaca o próprio desempenho da região matense; com um universo macro – as nuances do mercado mundial do café; pode-se compreender de melhor forma os fatores conformadores da dinâmica alcançada

em ambas as esferas. Quer dizer que se a inserção do café na Zona da Mata mineira deve ser considerada conforme os aspectos conjunturais determinados localmente, é possível avaliá-la também em relação a outros domínios, sejam eles geográficos, culturais, políticos, etc (TOPIK, MARICHAL, ZEPHYR, 2003).

Café e Cafés: origens e aspetos sociais em torno da rubiácea

Planta nativa da Abissínia, no continente africano, o café foi primeiramente reconhecido na península arábica, donde a palavra *kāhwāh* servira para distinguir a bebida, cuja etimologia remetia-se também à denominação da palavra vinho. Embora natural da antiga região africana que só estenderá seu uso no século XX, a planta já seria amplamente conhecida quando de sua difusão no Oriente Médio por volta do século XV (SIMMONDS, 1864:6). Cerca de oito séculos após Maomé, muçulmanos são os primeiros a consumirem a planta, que se espalha amplamente em outras regiões orientais antes de conquistar a Europa, e um pouco mais tarde os Estados Unidos:

“In a century its use spread to Egypt and other parts of the Turkish empire. For two centuries from its introduction into Arabia, the use of coffee seems to have been confined to the Mahomedan nations of Western Asia; and, considering its rapid spread and popularity among the European nations, it is remarkable that it has not, like tobacco, extended to the Hindus, the Hindu-Chinese, the Japanese, or the tribes of the Indian Archipelago, who no more use it than the Europeans do the betel preparation.” (SIMMONDS, 1864:6)

Afora a maior resistência das regiões do extremo oriente em relação ao café, aonde este enfrentava a concorrência de outros produtos, geralmente mais baratos, a estreita relação entre o Islã e a rubiácea possui características específicas. Acredita-se que a bebida servira como substituta do álcool, expressamente proibido pelo livro sagrado do Alcorão. Daí a própria denominação da palavra como anteriormente citada (*kāhwāh*), e suas variações (*kava*, *kaffa*, etc.), associando o ‘licor’ amarronzado obtido no processo de preparo do produto a outras bebidas alcoólicas (TOPIK, 2008: 4105). Portanto, o café utilizado não só pela infusão do fruto torrado e moído, mas ‘mastigado’ ou introduzido em outros alimentos, servira como fonte alimentar para guerreiros, caçadores, e principalmente como fonte para rituais e cultos religiosos no Egito, Arábia e Turquia.

Logo o uso do produto se difunde, surgem os cafés, espaços públicos dedicados ao consumo da bebida. Centros urbanos como Constantinopla, Meca e Cairo se destacaram na difusão desses locais, emergindo como novos substitutos das antigas tavernas, e destinados ao encontro de homens cujo uso da bebida ainda se destacava em relação aos seus aspectos

devocionais (TOPIK, 2008: 4105-4106). Com a introdução do produto na Europa, os cafés vão ganhando características diferenciais, uma vez que as transformações relacionadas à modernidade alcançada no velho continente são cada vez mais indissociáveis da prática do consumo da rubiácea.

As primeiras remessas do produto são levadas à Europa cerca de cem anos após a sua difusão no Oriente Médio, ou seja, em meados do século XVI. No entanto, os primeiros europeus interessados no comércio efetivo da planta são holandeses. Na década de 1690, a Companhia das Índias Orientais (VOC) implantam as primeiras experiências de cultivo em Java, enquanto que os franceses logo após introduzem o café em Reunião. É nesse mesmo período que franceses e holandeses enviam remessas maiores do produto cultivado nas Américas e Ásia para seus países. Somente em meados do XVIII, o cultivo do café ganha mais importância com a participação maciça da ilha de Saint Domingue na produção mundial, com cerca de 50% (MARQUESE & TOMICH, 2008: 5).

Já o primeiro espaço dedicado ao consumo de café aberto na Europa, data de 1672, na cidade de Paris, aonde uma série de estabelecimentos ficaram famosos por receber figuras como Voltaire, Molière e Fontaine (WALSH, 1894:11). Os significados que esses locais passam a carregar diferem daquela antiga tradição devocional da bebida. Trata-se de um momento em que os cafés surgem conjuntamente às transformações políticas e sociais da Europa. Sobre a importância desses espaços na França, Steven Topik afirma:

“Coffeehouses appealed as centers of intellectual and political ferment especially during the Restoration. They served as the first men’s clubs, newspaper reading rooms, penny universities, and sites of organizing political parties as well as precursors to such central capitalist institutions as the stock exchange and with Lloyd’s coffee house, insurance companies.” (TOPIK, 2008: 4109)

Portanto, já na virada para o oitocentos, o consumo do café carrega consigo as marcas dessa sociedade em transição. Os cafés passaram representar a ascensão da burguesia e das demais classes trabalhadoras urbanas, sendo a bebida assimilada aos princípios de sobriedade, temperança e disciplina do mundo moderno (JAMIESON, 2001: 282). Surge nessa mesma conjuntura, os Estados Unidos como um amplo mercado para o produto. Embora sua forma de consumo possua caracteres diferentes do consumo europeu (como o maior uso doméstico e não público da bebida), a crescente inserção da rubiácea nesse país surge de acordo com as mesmas demandas que conformam a modernidade europeia em relação ao trabalho, ao controle do tempo e à sanidade mental dos indivíduos.

Não só o café, mas um grupo de estimulantes – chá, cacau, etc. – muitas das vezes associados ao açúcar ou ao leite, vieram a substituir outras mercadorias. Além de surgirem como alternativas às bebidas alcoólicas, já acusadas de serem um “*mal social*” no século XIX, esses produtos fazem parte de uma mudança significativa na dieta humana, destacando-se o uso de alimentos com maior teor calórico (MAHONY, 2006: 269). Outra característica importante para o consumo do café diz respeito às suas propriedades naturais. Contemporâneos acreditavam na capacidade que a planta possuía para o bom funcionamento do corpo e da alma humanos. Joseph Walsh reproduz em sua obra um trecho de um texto datado de 1663, evidenciando as benesses que o café poderia apresentar àquela época:

"It much quickens the spirits, and makes the heart lightsome, suppresseth the fumes exceedingly, and, therefore, is good against headache, prevents cough and consumption, and is excellent for the cure of gout, dropsy, scurvey, hypochondria and the like." (WALSH, 1894:13)

Outro texto, já no final do século XIX demonstra com mais detalhes as características da bebida, inclusive relacionando-a as bebidas alcoólicas:

"Coffee belongs to the medicinal or auxiliary class of food substances,—being very valuable for its stimulant effect upon the nervous and vascular system. It produces a feeling of buoyancy and exhilaration comparable to a certain stage of alcoholic intoxication, but which does not end in depression and collapse. It increases the frequency of the pulse, brings peace to those suffering from malarial chills, lightens the sensation to fatigue, and it sustains the strength under prolonged and severe muscular exertion. (...) It is at all times absolutely indispensable to good cheer, and to the tired and worn-out energies nothing gives greater relief." (SPURR, 1897: 37-9)

Na virada para o século XIX, o mercado mundial do café, em crescente ascensão, sofre um baque significativo. A Revolução de Saint Domingue, principal produtora da rubiácea em finais do XVIII, compromete totalmente a produção mundial, uma vez que as áreas pioneiras da América Central e da Ásia não seriam capazes de aumentar sua produção. Com isso, o início do oitocentos é marcado pela incorporação de novas regiões produtoras do café, destacando-se Cuba e Brasil (MARQUESE & TOMICH, 2008: 9-11). A transformação sem precedentes no mercado mundial do café começa isenta das políticas coloniais, tal como ocorrera nas regiões pioneiras do continente americano. O avanço da planta nas novas regiões independentes da América Latina já é perceptível em finais da década de 1820, quando o Brasil se equipara pela primeira vez às principais regiões produtoras (MARQUESE & TOMICH, 2008: 12).

Importante lembrar que o café é conhecido nessas mesmas regiões mais ou menos no mesmo período. No Brasil, sua chegada data de 1727, quando Francisco Mello Palheta, membro integrante da comissão enviada a Cayenna pelo governo do Pará, de lá trouxe as

primeiras mudas e frutos da rubiácea (MAGALHÃES, 1929: 269). Embora faltem dados melhor elaborados sobre o consumo desse produto exportador nos próprios países produtores, alguns pontos podem ser analisados. Nas Américas, o café começa como um produto de uso doméstico, não orientado para o exterior. Quer dizer que durante o século XVIII, a rubiácea não se insere na América Central como uma commodity, mas como uma bebida, com características semelhantes do consumo no oriente (TOPIK, 2008: 4099).

Da mesma forma, o café não possuía o mesmo significado para os latino-americanos do que aquele construído na Europa e nos Estados Unidos. Os espaços públicos dos cafés, a vida urbana, burguesa, a modernização, nada disso permeava o consumo do produto na América Latina. Em Saint Domingue, por exemplo, a montagem da cultura cafeeira não se deu através de uma elite imperial nos moldes coloniais dos plantadores de açúcar desse mesmo país, mas pela ação de uma população mestiça –*affranchise*– que comerciava a mercadoria internamente dentre as populações pobres (TOPIK, 2008: 4111). Outro exemplo, o café mexicano era primeiramente cultivado em pequenas propriedades na região de Chiapas. Ainda que encontrasse maior resistência, cuja presença de outras bebidas indígenas inibia o consumo, a rubiácea era da mesma forma comerciada entre as diversas camadas sociais do país (TOPIK, 2008: 4120).

Há ainda outros exemplos, como Guatemala e Costa Rica – primeira região sob domínio espanhol a exportar o fruto – onde o consumo interno do café era inicialmente mais importante ao estímulo da produção do que seu próprio direcionamento além-mar (TOPIK, 2008: 4125). Como salientado anteriormente, a introdução do café no Brasil se deu maneira específica, mas nem por isso seu consumo deixou de se difundir no país:

“O café brasileiro é tão democrata, que o encontram na mais humilde habitação, e, ao mesmo tempo, tão aristocrata e poderoso, que os governos, os estadistas, os banqueiros nele põem todas as suas esperanças de riqueza e de prosperidade. É o gênio tutelar de nossa pátria, o que concerta os erros dos administradores da res publica, sempre abnegado, sempre previdente, exercendo sua missão com a mais inteira e a mais completa prodigalidade. Justo é, pois, que ricos e pobres, mendigos potentados, literatos e jornalistas, governantes e governados, tenham no dia de hoje um pensamento de bondade e carinho consagrado à árvore glorificada.” (PENNA, 1929: 336)

Salvo os excessos do autor do trecho acima, pode-se reconhecer que para além do caráter exportador do café, sobre o qual exercerá papel dominante no processo de produção, comercialização e consumo, o uso freqüente da rubiácea conseguiu adentrar na cultura daqueles países produtores de maneira expressiva. Significa que, se o hábito de tomar café não foi imitado pelos latino-americanos de acordo como os moldes europeus de modernidade,

quer dizer que as regiões produtoras incorporaram o produto de maneira independente a suas necessidades e costumes específicos (TOPIK, 2008: 4103).

Portanto, o advento do café enquanto bebida de consumo de *massa*, é muito mais complexo do que a relação oferta/demanda. Os aspectos sociais intrínsecos tanto aos países que se estabelecem como principais produtores e aqueles como principais consumidores, revelam motivações e conjunturas diferentes em relação à planta. Não há como determinar cronologicamente um momento exato que defina o consumo do café mundialmente (LEVI, 1998:20). Mas é possível, através da análise de transformações sócio-culturais e conjunturais específicas, refletir de que maneira a bebida vai se incorporando nos países e regiões diferentes, e esse processo parece ocorrer ao longo do oitocentos.

O café como uma commodity

Durante o século XIX, a rubiácea que já era conhecida nos mercados europeu e norte-americano poucos séculos antes, ganha cada vez mais espaço nas transações comerciais se conformando como uma commodity. Uma commodity consiste basicamente em um produto primário-exportador, com pequeno grau de industrialização e produzido em grandes quantidades. Caracteriza-se também por sua dinâmica de comercialização, uma vez que se estabelece dentre as principais trocas comerciais dos países. Destacam-se no período em foco as commodities agrícolas: café, tabaco, açúcar, cacau, embora outros tipos de commodities como borracha, prata e ouro tenham tido expressiva importância para as economias dos dois hemisférios (TOPIK, MARICHAL, ZEPHYR, 2006).

Particularmente, a conformação do mercado de commodities só foi possível por meio de uma série de transformações ocorridas naquele período. O processo de internacionalização das economias, do qual esses produtos colocaram-se na vanguarda, foi acompanhado por mudanças sociais e institucionais diversas. Inovações técnicas permitiram maior produtividade e demandaram outros tipos de produtos; movimentos imigratórios proporcionaram a ocupação de novas áreas de cultivo; ampliação e melhorias no setor de transportes proporcionaram redução nos custos e agilidade nas trocas comerciais; políticas econômicas e institucionais impulsionaram e facilitaram a dinâmica de investimento, crédito e comercialização dessas mercadorias. Jeffry Frieden aponta alguns elementos de maior importância desse processo:

“A liberalização do comércio se auto-reforçava, o padrão ouro também, e cada um deles reforçava um ao outro. O padrão ouro tornava o comércio e as finanças internacionais mais atrativas, as quais por

sua vez aumentavam o poder de atração do padrão ouro. A abertura econômica global levou a meios de transporte mais rápidos, a um melhor sistema de comunicações, a moedas mais confiáveis, a políticas comerciais mais livres e a uma maior abertura econômica.” (FRIEDEN, 2008: 71)

A conjuntura se por um lado é favorável às trocas mercantis em termos de facilidade, no caso do café são os preços que não se encontram favoráveis ao produto nas primeiras décadas do século XIX. Mesmo assim, uma transformação sem precedentes no mercado mundial do café ocorre. A inserção da zona pioneira do Brasil – o Vale do Paraíba fluminense – como nova produtora da rubiácea transforma definitivamente as negociações em torno do produto (MARQUESE & TOMICH, 2008). No caso da América Latina, a integração de algumas regiões fornecedoras de commodities ao mercado internacional como o Vale, vai se tornando cada vez maior em relação às regiões européias e norte-americanas do que entre as próprias regiões dos países latino-americanos (CÁRDENAS, OCAMPO, THORP, 2000: 9).

Portanto, a conformação da cafeicultura no país também se desenvolveu por meio de elementos específicos. Independente da situação dos preços e da queda do mercado de café, a incorporação de novas áreas de fronteira no centro-sul do país acontece de fato na primeira metade do oitocentos. Em um país em que cerca de dois terços da produção agrícola é exportada durante o século XIX (FRIEDEN, 2008: 89), certamente o café agregava grande parte das vendas desses gêneros negociados internacionalmente.

O crescimento por volta de 1.350% em oito décadas reflete a capacidade que as regiões cafeeiras do Brasil obtiveram na produção da rubiácea (GRAHAM, 1912:9). Os quadros I e II demonstram um pouco desse ritmo alcançado pelo Brasil, na posição de líder em produção e comercialização de café, como também as principais regiões importadoras do produto, com destaque para os Estados Unidos. Ainda sobre o consumo dos norte-americanos e europeus, Marquese e Tomich afirmam:

“(...) a sua população [dos EUA] aumentou quinze vezes e o consumo per capita anual passou de apenas 25 gramas para 4 quilos. Tratava-se de um mercado aberto, livre de tarifas de importação desde 1832, que pouco exigia a respeito da qualidade do café adquirido. Os demais grandes compradores do período, todos localizados no norte de uma Europa em rápido processo de industrialização e urbanização, também se distinguiram no século XIX pela explosão demográfica e pelo notável aumento nas taxas de consumo per capita. Interessa destacar nisso tudo que a passagem do mercado restrito e de luxo do século XVIII para o mercado de massa industrial do século XIX foi claramente induzida pela oferta a baixo custo do produto.” (MARQUESE & TOMICH, 2008: 19)

Portanto, a baixa qualidade do produto brasileiro em relação aos cafés da América Central ou da Ásia não impediu a comercialização do mesmo, pelo contrário, atuou como um dos elementos propulsores na venda do café no mundo. Isso só foi possível através de uma combinação de elementos, tais como:

“(...) um volumoso **tráfico negreiro transatlântico** bilateral entre os portos da África Central e o Rio de Janeiro, controlado por negociantes desta praça [do Rio de Janeiro]; a existência de **vias** que cruzavam o Vale do Paraíba no sentido norte-sul (Caminho Novo entre o Rio de Janeiro e a capitania de Minas Gerais, aberto na década de 1720) e leste-oeste (Caminho Novo da Piedade, articulando o Rio de Janeiro a São Paulo, aberto na década de 1770 para facilitar as comunicações da sede do Vice-Reino com as minas de Goiás e Mato Grosso); a disponibilidade de uma **enorme área de terras virgens** entre a Serra da Mantiqueira e os contrafortes da Serra do Mar, derivada da política oficial das “zonas proibidas”; por fim, um **complexo sistema de transporte** baseado em tropas de mulas, muito eficazes – diante dos meios disponíveis do período – para enfrentar a topografia acidentada do centro-sul do Brasil.” (MARQUESE & TOMICH, 2008: 12)

Quadro I - Produção e comercialização do café brasileiro (1800-1909)

<i>Ano</i>	<i>Sacas</i>	<i>Países Compradores</i>	<i>Sacas</i>
1800	13	-	-
1817	66,985	-	-
1820	97,498	-	-
1830	484,222	-	-
1840	1,037,981	-	-
1907	15,680,475	EUA	5,248,787
		Alemanha	2,966,002
		França	2,807,937
1908	12,658,457	EUA	5,954,625
		Alemanha	2,156,856
		Holanda	998,388
1909	16,880,696	EUA	7,053,985
		Alemanha	3,286,547
		França	1,673,938
		Holanda	1,443,940

Apud: GRAHAM, Harry C. **Coffee: Production, Trade, and Consumption by Countries**. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1912, p.19-20.

Quadro II – Consumo mundial estimado (1894)

<i>Regiões</i>	<i>Peso/Toneladas</i>
Ásia	40,000
África	25,000
Austrália	5,000
Continente europeu	430,000
Grã Bretanha e Irlanda	15,000
EUA e Canadá	275,000
México e América Central	20,000
Ilhas do Ocidente indiano	15,000
Brasil e América do Sul	40,000
Total	865,000

Apud: WALSH, Joseph M. **Coffee: its History, Classification and Description**. Philadelphia: Henry T. Coates & Co., 1894, p.282.

Transforma-se assim em um grande negócio a cafeicultura, que se espalha nas demais Províncias do centro-sul do Império brasileiro. A cristalização de idéias que há algum tempo refuta tradicionais paradigmas neoclássicos e dependentistas (CARDOSO & FALETTO, 1970. FRANK, 1967. FURTADO, 2004. PRADO JR., 1994. SIMONSEN, 2005.), cuja tendência era avaliar os aspectos econômicos de maneira relativamente depreciativa para os países da “periferia”, são capazes de elucidar elementos ainda pouco explorados na historiografia especializada em mercadorias agroexportadoras. Dessa forma, podem ser revelados os aspectos autônomos das regiões produtoras de commodities, que por sua vez não se apresentariam como meros enclaves nas economias dos países.

Portanto, a literatura tem avançado no sentido de configurar a contribuição dessas mercadorias para as zonas anteriormente tratadas como “periféricas”. Destacam-se nesse ponto a teoria dos *Efeitos de Encadeamento – linkages* (HIRSCHMAN, 1985), além de uma produção ainda pouco conhecida no Brasil, denominada *Global Commodity Chains* (TOPIK, MARICHAL, ZEPHYR, 2006). Basicamente, os *linkages* referem-se às induções econômicas proporcionadas em torno de uma mercadoria principal. Trata-se de elementos típicos do processo de diversificação urbano-industrial demandados pelo crescimento de uma determinada região. Podem assim ser denominados como efeitos de encadeamento de *produção* - divididos entre prospectivos e retrospectivos; efeitos de encadeamento de *consumo* e finalmente efeitos de encadeamento *fiscais* (diretos e indiretos).

Os efeitos de produção retrospectivos são aqueles que levam a investimentos em torno de insumos e bens e serviços; enquanto que os efeitos de produção prospectivos agem principalmente na elaboração e beneficiamento da mercadoria exportadora. Os efeitos de encadeamento de consumo geram bens destinados a uma demanda relacionada também ao setor exportador, variando principalmente de acordo com a renda proporcionada pelo mesmo. Já os efeitos de encadeamento fiscais, correspondem à capacidade do Estado, nas suas mais variadas instâncias, em taxar as mercadorias exportadas (diretos) ou inferir sobre a tributação de gêneros importados (indiretos) (PIRES, 2004:32).

Já a literatura denominada *Global Commodity Chains* faz parte de um esforço conjunto de vários autores no sentido de compreender melhor as nuances da dinâmica exportadora nos países produtores dessas mercadorias. Com o foco no produto, mais do que nas histórias nacionais, esses estudos tendem a privilegiar todos os elementos da *cadeia* que o envolve, uma vez que os agentes envolvidos direta ou indiretamente nos processos de produção, distribuição e consumo são contemplados na análise:

“a abordagem das redes ou cadeias de mercadorias tornou o produto primário como eixo de análise, mas o fez de uma forma tal que suas estruturas de produção, redes de comercialização interna e externa, distribuição nos países importadores e o próprio consumidor final conformam-se em elos de uma cadeia que se torna um objeto em si mesmo, uma “totalidade” a ser investigada em suas partes constitutivas e determinações recíprocas. Como são componentes permeados e contextualizados por relações sociais e que se identificam com distintos campos das Ciências Humanas torna-se desnecessário insistir na natureza metodológica interdisciplinar da abordagem.” (PIRES, 2007:8)

Considerados alguns elementos de caráter generalizantes do processo de formação do mercado mundial de café no século XIX, cabe agora inserir na análise os pontos mais específicos daquela mesma conjuntura, dos quais a região da Zona da Mata de Minas Gerais se insere.

A montagem da cafeicultura mineira no século XIX

Embora a historiografia date 1850 como o marco de inserção da rubiácea na Zona da Mata mineira (GIROLETTI, 1980. LANNA, 1988. LIMA, 1981. PIRES, 1993), deve-se destacar que a história da região matense na primeira metade do século XIX não esteve totalmente distanciada da cafeicultura. Em que pesem as reflexões sobre as atividades geradas em torno de um mercado interno dinâmico estabelecido ao longo do Caminho Novo, é notável compreender que o produto exportador apresenta naquele momento um processo de ascensão frente à diversificação produtiva das unidades rurais dessa parte pouco ocupada do território de Minas Gerais.

Nas primeiras décadas do século, principalmente a partir de 1820/30, são plantados os primeiros cafezais ao longo dos territórios correspondentes atualmente a cidades como Simão Pereira, Mathias Barbosa, Juiz de Fora, ou seja, a parte sul da Zona da Mata (OLIVEIRA, 2005). Esse primeiro momento de entrada do café em Minas Gerais está totalmente relacionado à conjuntura econômica vivida pela Capitania/Província na passagem para o século XIX. Com o declínio dos veios auríferos, concentrados na parte central do seu território, a partir da segunda metade do setecentos ocorre um processo de dispersão populacional e crescimento de atividades agropastoris, redirecionando o eixo econômico mineiro para sua parte meridional, correspondendo mais especificamente à ampla área ocupada pela antiga Comarca do Rio das Mortes (ALMEIDA: 2005).

Dessa forma, a parte sul da Mata foi aos poucos sendo ocupada por famílias diretamente ligadas às atividades mercantis do interior da recém Província de Minas Gerais, às quais puderam empatar seu capital principalmente em terras e escravos. Daí surge os primeiros empreendimentos de maior vulto relacionados ao café (OLIVEIRA, 2005: 82). Mas

parece que não só a grandes proprietários de escravos e sesmarias ficou restrita a atividade cafeeira. No distrito de Santo Antonio do Parahybuna, por exemplo, o consorciamento de diversas culturas revela a estratégia de pequenos e médios produtores, seja como elemento de garantia da auto-suficiência, seja como meio de inserção ao emergente mercado cafeeiro, uma vez que a localização estratégica da região possibilitava o contato com outras áreas. Dessa maneira, ocorre que o processo de diversificação das culturas agrega cada vez mais espaço ao cultivo do café à medida que o século avança.

Cabe lembrar que a política colonial adotada para a Zona da Mata durante o século XVIII era preservar aquela área desocupada, para que pudesse servir como barreira natural aos descaminhos do ouro. Os *sertões do leste* começam de fato a serem ocupados no alvorecer do oitocentos, uma vez que a intenção da coroa portuguesa em preservar estrategicamente o distanciamento entre as datas minerais do centro da capitania de Minas Gerais e o Rio de Janeiro já não fazia sentido com a abrupta diminuição da extração de metais em relação ao século anterior (OLIVEIRA, 2004). Segundo Valverde, o crescimento populacional da Zona da Mata – cujo topônimo só é oficializado no início da República Velha quando da divisão do Estado em zonas fisiográficas (REZENDE, 2008: 40) – acaba por acompanhar a evolução do café, de modo que os territórios ocupados e ampliados demograficamente seguem a mesma linha de expansão da planta durante todo o XIX:

“(...) pode-se inferir que, na década de 1830, a frente pioneira, partida das vizinhanças de Matias Barbosa, andaria pelos arredores de Mar de Espanha. No decênio de 1850, já fora ultrapassada a região de São João Nepomuceno, para leste, Leopoldina se arvora em capital de uma região cafeeicultora recém-aberta, e para oeste, a partir de Juiz de Fora e Matias Barbosa, a onda povoadora atinge Rio Preto, cuja ocupação fora timidamente iniciada nos anos 30. Para o norte, a penetração se processa rapidamente, de modo que, ao terminar a década de 1870, a frente do povoamento já deveria extravasar a Zona da Mata.” (VALVERDE, 1958: 29)

As condições ambientais das regiões em que uma commodity agrícola é implantada também podem ser aqui consideradas na análise sobre o desenvolvimento da cafeicultura regional. Pode-se compreender que a Zona da Mata mineira apresentava plenas condições físicas à incorporação da rubiácea no século XIX, uma vez que a adaptação da planta a fatores como o clima, o solo e a topografia matenses ocorreu de modo que sua produtividade não seria comprometida, a não ser que fatores extra-ambientais agissem de maneira contrária às especificidades de seu cultivo. E o ajustamento da *coffea arabica* no interior de Minas Gerais não diferiu, em seus aspectos físicos das demais regiões do centro-sul do país.

A região matense apresenta um clima ameno durante boa parte do ano, com regimes regulares de chuva entre outubro e março. O território da Zona da Mata mineira também está

constituído em altitudes médias de 800-900 metros acima do nível do mar, sendo que boa parte de onde se implantou a cultura do café, o relevo não supera 1200 metros, onde fatalmente ocorrem geadas que atrapalham o cultivo. Já os solos de coloração alaranjada ou amarelada moderadamente férteis, eram compensados com o húmus produzido pelas abundantes florestas, que por sua vez diminuía a acidez da terra, e geravam condições de maior produtividade para a planta (VALVERDE, 1958: 3-25) em um momento que as técnicas de cultivo não apresentavam nenhum tipo de tratamento para além dos próprios recursos oferecidos naturalmente, pelo próprio meio físico (BOSERUP, 1987. FRAGOSO, 1983).

Portanto, um elemento fundamental que contribuirá definitivamente na introdução da rubiácea interior da região matense diz respeito à natureza específica de sua produção. A cafeicultura mineira, assim como no vale do Paraíba fluminense, respeitou as condições de um sistema agrário denominado como extensivo (FRAGOSO, 1983: 38-108). O sistema extensivo (ou racional) da produção utilizava-se naquele período de dois componentes básicos de funcionamento: a terra e o trabalho. Quanto maior a capacidade de agregar largas extensões de terras – de preferência compostas por matas virgens – e mão-de-obra – essencialmente escrava nesse caso; maior seria a capacidade de produção da commodity cafeeira no interior das propriedades rurais.

Esse modelo, que também era utilizado na produção de gêneros alimentícios durante o período, tornava-se mais eficaz no caso da agroexportação pela maior disponibilidade desse recurso nas unidades de *plantation*. O fator terra agia na forma de preparo do solo – assim como no sistema de cultivo de pousio longo, predominante nas áreas de colonização tropical – da seguinte forma:

“Na parcela escolhida para o cultivo, as árvores maiores são derrubadas a machado ou por meio da queima das raízes quando estas secam após a abertura de incisões anulares no tronco. A vegetação menor é igualmente queimada. Troncos e raízes não queimados, assim como as cinzas são deixados nos campos. (...) pois as cinzas abundantes asseguram grande produção se o solo e o clima são razoavelmente favoráveis.” (BOSERUP, 1987: 24)

No entanto, existe uma pequena diferença dentre os dois modelos. No sistema de pousio longo, havia a possibilidade do retorno da produção no mesmo espaço físico após um extenso período de tempo dado ao reflorestamento do local. Já no sistema extensivo do solo, a disponibilidade de terras com matas virgens eximia esse longo período de espera, com a incorporação de novas áreas de cultivo após o esgotamento do terreno, pois “*as terras*

desmatadas, cultivadas e exauridas pelo café, não mais o produzem, qualquer que seja a altitude em que elas se encontrem” (VALVERDE, 1958: 17).

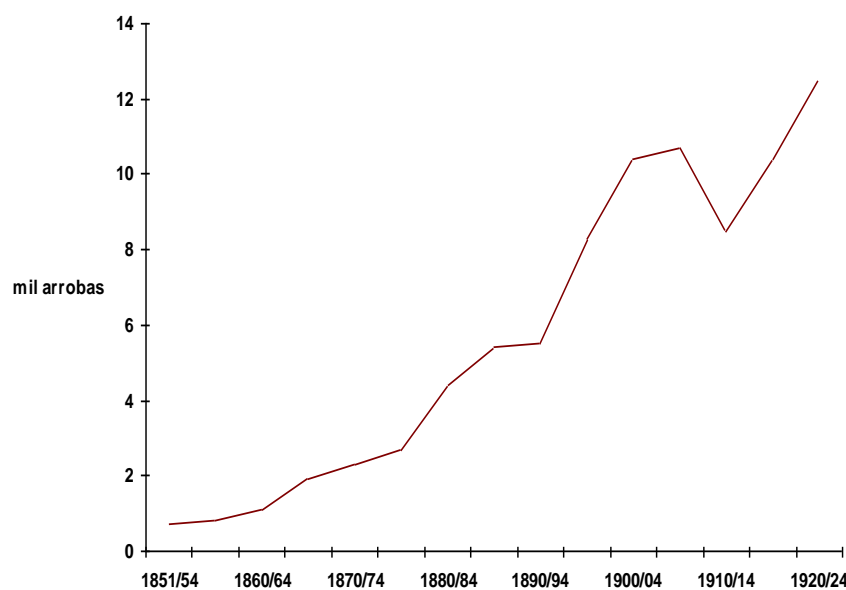
Embora as pequenas e médias propriedades pareçam ter obtido acesso ao mercado do café ao longo do XIX, o papel predominante de fato foi exercido pela grande fazenda. Estudos sobre o tamanho das unidades rurais na Zona da Mata demonstraram como as largas extensões de terras predominavam sobre o território da região. Rômulo Andrade encontra nos inventários de Juiz de Fora uma média de 180 alqueires por propriedade entre os anos de 1854 e 1888 (ANDRADE, 1991). Já Peter Bleisenheim, aponta uma média de 280 alqueires para as décadas de 70 a 90 do século XIX (BLASENHEIM, 1982). A pesquisa que por ora se desenvolve encontrou até o presente momento uma média de 127,02 alqueires por unidade rural baseando-se em inventários da década de 1840 (VITTORETTO, 2010: 671).

Já o segundo elemento de maior importância no sistema agrário extensivo do café – o trabalho – pôde ser assegurado por uma imensa massa de cativos alocados nas fazendas. A região da Zona da Mata manteve-se como a maior detentora de cativos da Província de Minas Gerais, que por sua vez apresentava o maior plantel do país. Dados do censo de 1872 apontam a Mata – apenas 5% do território mineiro – como detentora de 16,57% da população total e 24,39% da população escrava da Província de Minas Gerais (FREIRE, 2009: 25). Em 1831, a região onde se instalaria a cidade de Juiz de Fora possuía 833 cativos. Esses números sobem para: 13.037 (em 1853); 16.428 (em 1855); 19.351 (em 1872); 21.808 (em 1883) (FREIRE, 2009: 36). Esse crescimento absurdo do plantel acompanha de fato a ascensão da cafeicultura na Zona da Mata, que é responsável entre os anos de 1818 e 1868, por mais de 99,7% do cultivo da commodity produzida em Minas Gerais (MARTINS, 1980: 17).

Portanto, pode-se dizer que a conformação da cafeicultura da Mata, a nível local, agregou os principais elementos para a ascensão do produto no século XIX, até pelo menos o final da República Velha, quando as fronteiras agrárias se exauriram e a produção regional do café decresceu vertiginosamente. O movimento de invasão dos pastos fez com que o plantio da rubiácea não fosse mais possível de acordo com as técnicas e custos de produção disponíveis. À medida que o café avançou o quanto pôde na região, surgiram outras atividades nas áreas devastadas. A criação de animais de pastagem, principalmente o gado de leite, tornou-se a opção de maior envergadura nos territórios mais antigos no cultivo do café na Zona da Mata mineira, uma vez que a consolidação da pecuária é perceptível em meados da década de 1920 (DESTRO, 2006: 212).

Gráfico I - Evolução da Produção de Café de Minas Gerais Médias

Quinquênais (1850/1924)



Apud: PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1930)**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1993, p.83.

A partir da atividade cafeeira, uma gama de outras atividades surgiu no decorrer do século XIX e início do XX. Destaca-se aí o processo de diversificação urbano-industrial conformador do complexo agroexportador da Zona da Mata (CANO, 1977. PIRES, 1993. PIRES, 2004). São alguns dos seus componentes: o surgimento de uma ampla rede de transportes composta por rodovias (1861) e ferrovias (1875), além do transporte urbano inaugurado na década de 1880 (Cia. Carris Urbanos de Juiz de Fora); a criação de uma estrutura comercial capaz de atender um mercado regionalmente dinâmico; o processo de industrialização em diversos setores fabris; a criação de um mercado financeiro institucionalizado através dos bancos (1887); o aprimoramento dos serviços de comunicações (telégrafo – 1885 e telefonia – 1883). Toda essa estrutura criada principalmente no núcleo do complexo cafeeiro – a cidade de Juiz de Fora – irá de fato criar uma identidade regional que estabelecerá diferenças marcantes para a Zona da Mata mineira.

O setor de transportes destaca-se como um dos principais propulsores da dinâmica alcançada pela Zona da Mata mineira. Desde a criação de vias mais antigas que ligavam o Rio de Janeiro à antiga Capitania e então Província de Minas Gerais, a região matense, por sua localização geográfica, se estabelece como ponto estratégico na locomoção de pessoas e mercadorias. Podem-se citar três principais vias que cortam a Zona da Mata entre o século XVIII e meados do XIX. Primeiro, o Caminho Novo, aberto por Garcia Rodrigues Paes no início dos setecentos, a fim de escoar a produção de metais preciosos do interior das Minas

para a Corte. Essa via de acesso ao interior do centro-sul brasileiro aberta junto a margem esquerda do Rio Parahybuna, se estabelece como uma das principais do período colonial.

A Estrada do Parahybuna também representou um avanço nas comunicações entre Minas Gerais e Rio de Janeiro. Empreendimento de menor vulto realizado já no período imperial pelo engenheiro alemão Fernando Henrique Halfeld em 1837, tratava-se de uma variante do Caminho Novo (BASTOS, 1993: 32). Ou seja, o objetivo da empresa realizada era encurtar o tempo de viagem para a capital das Minas Gerais, estabelecendo alguns trechos alternativos ao itinerário da via criada há mais de um século naquele momento. Dessa forma, parte da estrada acaba por cortar o antigo distrito de Santo Antonio do Parahybuna, onde exatamente se consolida o que viria a ser o centro da cidade de Juiz de Fora, desmembrada definitivamente do município de Barbacena no ano de 1856.

Em que pese a importância das duas vias supracitadas, é a partir da criação da Estrada de Rodagem União & Indústria que a dinâmica regional aflora de maneira significativa. Trata-se, para boa parte da historiografia especializada no tema, de um marco importante para a história local (GIROLETTI, 1980. LANNA, 1988. LIMA, 1981. PIRES, 1993), ao passo que seu surgimento coincide com a ascensão do produto exportador escoado da Zona da Mata para o porto carioca. Em 1852, cria-se a companhia que dá início às obras da rodovia, capitalizada em boa parte por proprietários agrícolas exportadores estabelecidos na própria região, com garantias de juros e outros subsídios fornecidos pelo estado. Portanto, a criação da União & Indústria se deu predominantemente em *função do escoamento da produção de café, sendo um dos decorrentes da produção cafeeira da Mata de Minas Gerais* (PIRES, 2004: 44).

O projeto encabeçado pelo Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, contou com o trabalho de imigrantes germânicos, estabelecidos em sua grande maioria na Colônia Dom Pedro I, além de técnicas de construção trazidas dos Estados Unidos por seu idealizador. Após quase dez anos de seu início, a Estrada de Rodagem União & Indústria é inaugurada em 1861, com a presença do então Imperador Dom Pedro II. Domingos Giroletti aponta alguns elementos da via terrestre que irá representar uma economia de 50% a 70% no custo do frete para o Rio de Janeiro:

“(...) introduziu uma nova dinâmica no esquema de comercialização da produção local. A abertura da Rodovia União & Indústria vai transformar Juiz de Fora num entreposto comercial. Vai permitir o desenvolvimento do comércio local, tendo como consequência maior concentração de capital. Juiz de Fora se transforma, como ponto terminal da mais importante via de comunicação da Província, no local de passagem obrigatória entre minas e o Rio de Janeiro, no núcleo econômico mais dinâmico da Zona da Mata e polarizador de uma vasta região de Minas e parte de Goiás (...) Com a abertura da Rodovia, com seu leito macadamizado e com seu sistema de transportes – diligências e carroças –

modificaram-se radicalmente as condições de transporte feito, até então, pelas tropas de burros, cuja quantidade por jumento não excedia 60 quilos de carga. A Rodovia União & Indústria introduziu maior “liquidez” no sistema: maior rapidez, maior quantidade e volume de carga exportada, maior segurança e continuidade no movimento de circulação de mercadorias em todas as épocas do ano e, conseqüentemente, barateamento do preço/arroba, por légua transportada.” (GIROLETTI, 1980: 41)

Quadro III - Café Produzido por MG e Volume de Café Transportado pela Cia. União & Indústria (1858-1868)

Ano	Café Exportado MG em @ - (A)	Café Transportado em @ - Cia. U & I (B)	% A/B
1858	889.766	503.418	56,5
1859	688.946	1.082.172	177,0
1860	1.593.808	1.362.190	88,4
1861	1.092.616	1.576.826	144,3
1862	647.707	771.598	119,1
1863	994.615	986.072	99,1
1864	1.476.017	887.200	60,1
1865	1.303.748	1.309.006	100,4
1866	2.150.304	1.326.797	61,7
1867	2.130.992	1.982.259	93,0
1868	2.793.555	1.673.622	59,0

Apud: GIROLETTI, Domingos. **A Industrialização de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980, p.42.

O setor de transportes ganha ainda maior fôlego com a chegada das estradas de ferro na Zona da Mata mineira a partir da década de 1870. A primeira delas a alcançar a região é a E. F. D. Pedro II (Mar de Espanha – 1869; Além Paraíba – 1871; Mathias Barbosa e Juiz de Fora – 1875; Barbacena – 1880) inaugurada no Rio de Janeiro em 1858, e que irá cortar a Mata mineira no sentido leste-oeste. Já no sentido norte-sudeste, surge a E. F. Leopoldina, que em alguns trechos se encontra com a E. F. D. Pedro II, mas passa por outras localidades importantes que ainda não haviam sido alcançadas pela ferrovia na região: Muriaé em 1885, Pomba e Ponte Nova em 1886.

Grande parte do surto ferroviário alcançado na Província de Minas Gerais a partir da década de 1870 pode ser creditada à importância econômica da Zona da Mata naquele contexto. Das vinte e cinco concessões de ferrovias dadas em território mineiro nessa mesma década, onze localizavam-se na Mata. Já no ano de 1884, cerca dois terços das ferrovias de Minas Gerais estavam presentes na região matense (PIRES, 2004: 46). O crescimento das vias férreas mineiras se equipara em extensão ao crescimento do transporte ferroviário de São Paulo, superando outras áreas cafeeicultoras do sudeste brasileiro. A importância do café no desenvolvimento das ferrovias é incontestável à medida que se pode perceber que o papel de vanguarda no setor é dividido por duas áreas cafeeicultoras mais recentes (MG e SP), ao passo

que a região pioneira do café (RJ), já em estágio de queda na produção da rubiácea naquele momento, cresce em ritmo menor.

Quadro IV - Extensão da Rede Ferroviária em Tráfego nos principais estados produtores de café – em Km (1873 – 1936)

UF	Extensão da Rede Ferroviária									
	1873	%	1883	%	1905	%	1919	%	1936	%
São Paulo	254	22	1.457	26	3.790	23	6.615	24	7.330	22
Minas Gerais	-	-	662	12	3.843	23	6.619	24	8.038	22
Rio de Janeiro	510	45	1.706	30	2.661	16	2.794	20	2.810	8
Espírito Santo	-	-	-	-	336	2	609	2	773	2
Brasil	1.129	-	5.708	-	16.782	-	28.128	-	33.521	-

Apud: PIRES, Anderson. **Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata Mineira – 1889-1930**. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 2004, p.48.

Outro aspecto conformador da dinâmica exercida localmente através do produto exportador diz respeito ao processo de industrialização sofrido principalmente na cidade de Juiz de Fora, centro dinâmico do complexo cafeeiro de Minas Gerais. É também na década de 1870 que os primeiros investimentos industriais de maior vulto ganham espaço na cidade. No último quartel do século XIX, o desenvolvimento do setor urbano proporciona elementos intimamente conectados à modernização, como serviços de comunicações e energia capazes de alavancar o processo de diversificação econômica, mais uma vez assegurado em boa parte pelo capital agrário local. Os efeitos encadeadores gerados pelo produto principal agem de tal maneira:

“Ao analisarmos que a industrialização tem o seu princípio em centros onde o mercado de exportação é a atividade principal, como o caso do café em Juiz de Fora, sabemos que a expansão da exportação promove a dinamização do mercado interno, cujas necessidades não podem ser satisfeitas somente com bens importados. Tal ampliação do mercado interno provoca a aceleração do crescimento das cidades, gerando investimentos e força de trabalho.” (DESTRO, 2006: 108)

O fim do escravismo também marca esse período de modernização na Zona da Mata, ao passo que as condições para a efetivação de um mercado de trabalho se consolidam no pós-1888. O crescimento populacional e urbano aliado à nova conjuntura do trabalho livre cria demandas por bens de consumo e de primeira necessidade, os quais são distribuídos dentre as cidades matenses, estabelecendo assim uma dinâmica rede de mercadorias a nível regional, da qual o centro nevrálgico se estabelece em Juiz de Fora desde o início do processo. Dessa forma, o setor comercial (atacadista e varejista) também possui papel determinante ao reter capitais localmente que posteriormente eram investidos em atividades industriais (KLÔH JÚNIOR, 2008: 154).

Embora não estabelecesse uma relação direta na negociação do produto exportador, a estrutura comercial de Juiz de Fora foi capaz manter sua dinâmica mesmo estando predominantemente voltada às atividades de mercado interno alavancadas pela rubiácea (KLÔH JÚNIOR, 2008: 152). O que torna mais um elemento específico dos efeitos de encadeamento geradores do complexo agroexportador de Minas Gerais em relação às outras duas principais regiões cafeeiras do país: Rio de Janeiro e São Paulo, onde o comércio esteve profundamente envolto na negociação da commodity cafeeira, sendo os portos carioca e santista os principais responsáveis por sua distribuição no mercado internacional.

A falta de um *locus* específico que integrasse a Zona da Mata de maneira direta aos países importadores de café, se por um lado colaborou para sua caracterização enquanto uma zona *periférica*, essa característica única da região mineira não foi capaz de atravancar seu desenvolvimento econômico (PIRES, 2004). Pelo contrário, torna mais um elemento peculiar ao processo de diversificação urbano-industrial na virada para o século XX, diferenciando a Mata mineira de outras regiões do país. Estabelecendo-se como um pólo regional, a cidade de Juiz de Fora passa a consistir em um parque industrial relativamente diversificado, ao incorporar setores diversos tais como têxtil, alimentos, bebidas, calçados, etc. Mais uma vez, a adaptação da indústria local basicamente se aplicava às necessidades de consumo relacionadas de alguma forma à renda gerada pela commodity cafeeira (PIRES, 2004: 83).

Quadro V - Relação dos estabelecimentos industriais: Juiz de Fora (1870 – 1907/8)

INDÚSTRIAS					
1870	Nº	1877	Nº	1907/8	Nº
Oficinas de ferreiro	7	Oficinas de ferreiro	12	Cervejas e bebidas	7
Olarias	6	Olarias	4	Tecelagem e malharia	6
Fábricas de carroças	3	Fáb. de carros e carroças	5	Laticínios	6
Selarias	3	Selarias e Of. correeiro	4	Fundição e Mecânica	5
Fáb. Fogos de artifício	2	Fáb. Fogos de artifício	2	Curtume e art. couro	5
Funilarias	2	Of. Funileiro e caldeireiro	9	Alimentícia	5
Oficinas marceneiro	2	Oficinas de marceneiro	3	Cerâmica	4
Charuteiros	2	Fáb. Charutos e cigarros	4	Calçados	4
Padarias	2	Padarias	3	Fumos preparados	3
Sapatarias	2	Sapatarias	10	Móveis	3
Fáb. Chapéu de sol	1	Oficinas de chapeleiro	2	Tintas	3
Oficina de colcheiro	1	Oficinas de colcheiro	2	Moagem de cereais	2
Fábrica de cerveja	1	Fábricas de cerveja	2	Ladrilhos	1
		Oficinas de carpinteiro	6	Sabão e velas	1
		Confeitarias	3	Perfumaria	1
		Casas de café torrado	2	Vassouras	1
		Tipografia	1		
		Oficinas diversas	6		
TOTAL	34	TOTAL	80	TOTAL	57

Apud: GIROLETTI, Domingos. *Op. Cit.*, p.50. PIRES, Anderson. *Op. Cit.*, 2004, p.84.

O incipiente processo de industrialização ocorrido na Mata mineira, do qual vai aos poucos incorporando elementos de operacionalização mais dinâmicos – como a produção em série, utilização de equipamentos mais sofisticados, uso de energia elétrica, emprego de mão-de-obra mais qualificada (GIROLETTI, 1980: 73) – necessita também de um instrumento essencial ao desenvolvimento econômico: o crédito. Dessa forma, a cidade de Juiz de Fora se situa também como catalisadora de recursos financeiros apreendidos e distribuídos localmente para as atividades de diversificação do capital agrário regional.

O surgimento do mercado financeiro na Zona da Mata possui características peculiares. Até a década de 1880, boa parte do crédito fornecido na região ou era originada no Rio de Janeiro pelos comissários ou as “casas comissárias” cariocas, ou era originado “informalmente” dentre os próprios fazendeiros locais. Os comissários situados fora do espaço matense – enquanto intermediários entre fazendeiros e exportadores – possuíam papel importante no desenvolvimento das formas de crédito na região, estabelecendo empréstimos de curto e longo prazos (PIRES, 1993: 66). Sua presença se fazia da seguinte forma:

“Na ausência de um sistema financeiro razoavelmente desenvolvido, que, como veremos, pudesse satisfazer a demanda de crédito existente, coube aos agentes representantes da estrutura comercial da economia agroexportadora desempenhar, além de suas atividades típicas como intermediários comerciais, a função de agentes financeiros do movimento de reprodução da estrutura produtiva dessa mesma economia.” (PIRES, 1993: 56)

A conjuntura financeira da Zona da Mata passa a mudar de fato com a institucionalização desse mercado. Em 1887 surge o Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais. Contudo, a duração efêmera da primeira instituição bancária da região que não resiste à crise do encilhamento e decreta seu fim ainda em 1892, faz com que o mercado financeiro se oriente através do Banco de Crédito Real. Estabelecido na cidade de Juiz de Fora em 1889, o Crédito Real representou de fato a consolidação das formas de inversão do capital agrário na região. O próprio surgimento do banco esteve predominantemente relacionado à agroexportação, uma vez que sete dos doze maiores acionistas fundadores da instituição eram proprietários de terras. (GIROLETTI, 1980: 85).

O crédito fornecido sob a forma hipotecária predominava nas agências, que em menos de três anos após a fundação da sede bancária em Juiz de Fora, começava a se expandir dentro e fora de Minas Gerais. A criação do Crédito Real em conjunção ao fim do escravismo também foi fator crucial para o desenvolvimento do mesmo. A abolição, mais uma vez como elemento determinante nas relações econômico-sociais, representou uma guinada nas formas

de investimento agrário. Se antes do 13 de maio de 1888, boa parte do capital empatado pelos fazendeiros convergia pela aquisição de escravos, essa conjuntura muda radicalmente com o fim do escravismo.

Além de diversificar as formas de investimento, a criação de um mercado de trabalho livre, instituiu a necessidade de um maior nível de monetização da economia local. Isso porque as formas de transição para o trabalho assalariado na Zona da Mata representavam algum nível de remuneração do trabalhador (PIRES, 1993: 122). Portanto, a institucionalização financeira ocorrida em finais do século XIX na região matense contribuiu para a retenção dos recursos gerados pelo setor exportador, onde o capital acumulado pôde ser convertido às atividades típicas do processo de diversificação urbano-industrial ocorrido durante o período.

Conclusão

Compreende-se que os estudos sobre as economias agroexportadoras necessitam de uma abordagem múltipla, que possa elucidar da melhor forma a dinâmica envolta do produto básico e suas possíveis implicações para além do campo econômico. A conformação da Zona da Mata mineira como região produtora de café e sua inserção no mercado mundial dessa commodity durante o século XIX só foi possível através de uma série de elementos específicos em escala micro e macro. Se por um lado as mudanças institucionais, econômicas e culturais delineavam a prática do consumo da rubiácea nos países importadores de um modo geral, somente a incorporação dos meios localmente constituídos, principalmente a terra e o trabalho, aliados às características geomorfológicas da Zona da Mata, propiciou a dinâmica alcançada na região, da qual é possível perceber os impactos da atividade cafeeira durante décadas.

Dentre as significativas mudanças inseridas a nível local proporcionadas pelo produto exportador, destacam-se os chamados *efeitos de encadeamento*. Alguns deles expostos na presente análise dão uma idéia do quão importante foi a economia cafeeira para o desenvolvimento da Zona da Mata no período em foco. Sua transição capitalista, que se deu de formas diferenciadas em relação a outras regiões cafeeiras do país e até mesmo da Província/Estado que a Mata estava inserida, não representou de fato um entrave ao desenvolvimento. Pelo contrário, o alargamento nos setores do transporte, indústria, comércio, finanças, etc., assimilados às características *periféricas* do complexo agroexportador devem

ser mais bem elucidadas em seus aspectos específicos, de modo a trazer novas perspectivas sobre a história regional.

Bibliografia

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial*. **Lócus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1 e 2, p. 137-160, 2005.

ANDRADE, Rômulo Garcia. *Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: O Caso da Zona da Mata*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Volume. 11, no. 22, pp. 95-125 mai/ago. 1991.

BASTOS, Wilson de Lima. **Caminho Novo, Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1993.

BLASENHEIM, Peter. *Uma História Regional: a Zona da Mata Mineira*. **V Seminário de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 1982.

BOSERUP, Ester. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.

CLARENCE-SMITH, William Gervase & TOPIK, Steven (ORG). **The Global Coffee Economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989**. New York: Cambridge University Press, 2003.

CÁRDENAS, Enrique. OCAMPO, José Antonio. THORP, Rosemary. *Introduction*. IN: CÁRDENAS, Enrique. OCAMPO, José Antonio. THORP, Rosemary (ORG.) **An Economic History of Twentieth-Century Latin America, Vol.1, The Export Age: The Latin American Economies in the Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries**. New York: Palgrave, 2000.

CARDOSO, Fernando H. & FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.

DESTRO, José Augusto de Souza. **A transição da cafeicultura para a pecuária em Juiz de Fora (1896/1930)**. Dissertação de mestrado, Niterói, UFF, 2006.

FRAGOSO, João L. Ribeiro. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): Um Estudo de Relações Não-Capitalistas de Produção**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1983.

FRANK, Andre Gunder. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil**. New York: Monthly Review Press, 1967.

FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. Tese de Doutorado, Campinas, UNICAMP, 2009.

FRIEDEN, Jeffry. **Capitalismo Global: história econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2004.

GIROLETTI, Domingos. **A Industrialização de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.

GRAHAM, Harry C. **Coffee: Production, Trade, and Consumption by Countries**. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1912.

HIRSCHMAN, Albert. *Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: Uma Abordagem Generalizada*. IN: SORJ, Bernardo. **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

JAMIESON, Ross W. *The Essence of Commodification: Caffeine Dependencies in the Early Modern World*. **Journal of Social History**. Vol.35, nº 2, 2001.

KLÔH JÚNIOR, Carlos Eduardo. **A estrutura comercial de Juiz de Fora (1889-1930)**. Dissertação de mestrado, Juiz de Fora, UFJF, 2008.

LANNA, Ana. **A Transformação do Trabalho: A passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870 – 1920**. Campinas, Ed. UNICAMP, 1988.

LEVI, Giovanni. *Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução do consumo”*. IN: REVEL, Jacques (ORG.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais 1870/1920**. RJ: Ed. Vozes, 1981.

MAGALHÃES, Hildebrando de. *Contribuição para a história do café*. IN: **Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil - 1727/1927**. Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

MAHONY, Mary Ann. *The Local and the Global: Internal and External Factors in the Development of Bahia's Cacao Sector*. IN: TOPIK, Steven. MARICHAL, Carlos. ZEPHYR, Frank (ORG.). **From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500–2000**. Durham, NC and London: Duke University Press, 2006.

MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. IN: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (ORG.). **O Brasil Império (1808-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, Cap.8, Vol.2 (1831-1870).

MARTINS, Roberto. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Caminho Novo: o circuito das riquezas e dos privilégios no processo de ocupação das Vertentes e Mata mineira*. **Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH - MG**. Juiz de Fora, 2004.

_____. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780 – 1870)**. Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

PENNA, Gustavo. *A árvore glorificada*. IN: **Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil - 1727/1927**. Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

PIRES, Anderson. **Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata Mineira – 1889-1930**. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 2004.

_____. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1930)**. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1993.

_____. *Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira – 1850/1930*. **Revista Eletrônica de História do Brasil**. V. 9, n. 1, v.9 n.1, jan-jul., 2007.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REZENDE, Irene Nogueira de. **Negócios e participação política: fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821-1841)**. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 2008.

SIMMONDS, P. L. **Coffee and Chicory: Their culture, chemical composition, preparation for market, and consumption**. London: E. & F. N. Spon, 1864.

SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Senado Federal, 2005.

SPURR, Howard W. **The Paul Revere Album**. Boston: Howard W. Spurr Coffee Co. Publishers, 1897.

TOPIK, Steven. *Consuming Coffee in Central America, 1850-1930*. **Diálogos Revista Eletrônica de História**, Nº Especial, 2008.

TOPIK, Steven & SAMPER, Mario. *The Latin American Coffee Commodity Chain: Brazil and Costa Rica*. IN: TOPIK, Steven. MARICHAL, Carlos. ZEPHYR, Frank (ORG.). **From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500–2000**. Durham, NC and London: Duke University Press, 2006.

VALVERDE, Orlando. *Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais*. **Revista Brasileira de Geografia**. 20(1) 3-82, jan./mar., Rio de Janeiro, 1958.

VITTORETTO, Bruno N. *Mercado interno e cafeicultura: terra e trabalho durante a expansão agrária de Juiz de Fora*. **Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS**. Juiz de Fora, 2010.

WALSH, Joseph M. **Coffee: its History, Classification and Description**. Philadelphia: Henry T. Coates & Co., 1894.